TABELA B

Pessoal fabril do Arsenal do Exército

Categorias	Vencimentos diários		
	Jornais	Melhorias	Total
Mestre, escriturário-chefe e desenhador arquivista	3,50	19,50	23,00
Contramestre desenhador, escriturário, sub-chefe, gravador e cinzelador	3,20	17,80	21,00
Chefe de grupo, escriturário, arrais de terra e fiol	3,00	16,50	19,50
Operários mecânicos, operários de salário máximo, condutores de automóveis e guardas de 1.ª classe	2,80	14,20	17,00
Operário de salário médio	2,60	13,49	16,00
Operário de salário mínimo, auxiliar de escrita de 1.ª classe, arrais e guarda de 2.ª classe	2,40	12,60	15,00
Chefe de serventes de Secretaria, operárias, dactilógrafas, fragateiro, carroceiro e ajudantes	2,20	10,80	13,00
Auxiliar de escrita de 2.ª classe, servente do sexo masculino	1,90	10,10	12,00
Servente do sexo feminino	1,70	9,30	11,00
Aprendiz de 4.º grau	1,50	6,50	7,50
Aprendiz de 3.º grau	1,30	4,70	5,50
Aprendiz de 2.º grau	1,20	3,80	4,50
Aprendiz de 1.º grau	1,10	2,90	3,50

Paços do Governo da República, 6 de Novembro de 1923.— O Ministro da Guerra, *António Maria da Silva*.

TABELA C

Pessoal fabril da Fábrica Nacional de Cordoaria

Categorias	Vencimentos diários		
	Jornais	Melhorias	Total
Mestre	3,50	19,50	23,00
Contramestre	3,20	17,80	21,00
Operário chefe ao abrigo do artigo 37.º das alterações ao regulamento	3,10	16,90	20,00
Escriturário e operário chefe	3,00	16,50	19,50
Escriturária provisória, escriturária assalariada, dactilógrafa, regente da creche e costureira chefe	2,90	15,10	18,00
Operários, guardas e fogueiros de salário máximo	2,80	14,20	17,00
Operários, guardas e fogueiros de salário médio	2,60	13,40	16,00
Operários, guardas e fogueiros de salário mínimo	2,40	12,60	15,00
Operárias	2,20	10,80	13,00
Ajudantes e chegadores	2,20	10,80	13,00
Serventes	1,90	10,10	12,00
Aprendiz habilitado profissionalmente a passar a operário, esperando completar habilitações literárias e scientificas	1,60	7,40	8,50
Aprendiz de 1.ª classe	1,50	6,50	7,50
Aprendiz de 2.ª classe	1,30	4,70	5,50
Aprendiz de 3.ª classe	1,20	3,80	4,50
Aprendiz de 4.ª classe	1,10	2,90	3,50

Paços do Governo da República, 6 de Novembro de 1923.— O Ministro da Marinha, *Abel Fontoura da Costa*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Decreto n.º 9:222

Havendo o Alto Comissário da República em Moçambique proposto que seja modificada a organização dos serviços de administração geral estabelecida na respectiva carta orgânica e ouvido sobre o assunto o Conselho Legislativo da mesma colónia;

Considerando que, nos termos do artigo 16.º da lei n.º 1:022, de 20 de Agosto de 1920, a modificação das cartas orgânicas é da competência do Poder Executivo, desde que não envolva alteração das leis orgânicas coloniais:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os serviços de administração civil da colónia de Moçambique serão divididos e tratados por secretarias distintas, com sede na capital, tendo os funcionários delas encarregados o nome genérico de chefes de serviço da colónia.

Art. 2.º As secretarias a que se refere o artigo antecedente são as seguintes:

- Uma Secretaria dos Serviços do Interior;
- Uma Secretaria dos Serviços do Fomento;
- Uma Secretaria dos Serviços de Finanças.

Art. 3.º As secretarias a que se refere o artigo antecedente serão compostas de repartições superiores, tendo os funcionários delas encarregados o nome genérico de chefes de repartição superior.

Art. 4.º Passam a constituir repartições superiores as seguintes secretarias de serviço provincial actualmente existentes:

- Secretaria do Interior;
- Secretaria dos Serviços de Fazenda;
- Secretaria das Obras Públicas e Minas;
- Secretaria dos Negócios Indígenas;
- Secretaria dos Serviços de Saúde e Higiene;
- Secretaria dos Serviços Aduaneiros;

que se denominarão, respectivamente:

- Repartição Superior de Administração Política e Civil;
- Repartição Superior de Fazenda;
- Repartição Superior de Obras Públicas e Minas;
- Repartição Superior dos Negócios Indígenas;
- Repartição Superior de Saúde e Higiene;
- Repartição Superior das Alfândegas.

§ 1.º Os serviços que competem a cada uma destas repartições, o seu agrupamento pelas secretarias a que se refere o artigo 2.º, a distribuição do pessoal de umas e outras e mais medidas de carácter regulamentar, serão especificados em diplomas do governador geral em Conselho Executivo.

§ 2.º Até promulgação nos diplomas referidos no parágrafo anterior, ficam em vigor provisoriamente as disposições por que actualmente se regem as correspondentes secretarias dos diversos serviços, salvo as alterações feitas pelo presente decreto.

§ 3.º Os chefes das repartições superiores serão os funcionários que tinham a seu cargo as correspondentes secretarias de serviço provincial.

Art. 5.º Os chefes de serviço da colónia são nomeados pelo Poder Executivo, nos termos dos artigos seguintes.

Art. 6.º As funções de chefe de serviço da colónia serão exercidas por funcionários de quadros privativos da

provincia ou de quadros constituídos para o desempenho de cargos da respectiva especialidade nas colónias e no Ministério das Colónias.

§ único. Excepcionalmente as funções designadas neste artigo poderão ser desempenhadas por indivíduos, em comissão ou contratados, de provada competência, demonstrada no exercício de cargos públicos de idêntica natureza na metrópole ou nas colónias.

Art. 7.º Os chefes de serviço da colónia são os agentes imediatos do governador geral na administração da provincia, despacham com elle directamente e expedem, em seu nome, as ordens e instruções convenientes à boa execução dos serviços respectivos.

§ 1.º O governador geral poderá, por portaria, delegar nos chefes de serviço da colónia a resolução de assuntos que corram pelas respectivas secretarias, o que o não isenta da responsabilidade das resoluções por elles tomadas.

Art. 8.º Compete, em geral, a cada um dos chefes de serviço da colónia instruir, documentar e informar todos os processos que corram pela respectiva secretaria, lançando neles, em nome do governador geral, quaisquer despachos interlocutórios ou outros que não exijam, pela sua natureza ou importância, intervenção superior. Os processos somente deverão ser presentes ao governador geral quando convenientemente preparados para resolução definitiva.

Art. 9.º Na falta, impedimento ou ausência da colónia de qualquer chefe de serviço da colónia, fará as suas vezes, nos casos occorrentes e até resolução do Poder Executivo, o chefe da repartição superior dependente da respectiva secretaria que o governador geral escolher. No impedimento transitório ou ausência da capital da colónia, o chefe de serviço será substituído pelo funcionário seu subordinado em que elle delegue, com aprovação do governador geral, e o qual despachará em seu nome e segundo as instruções que dele receber.

Art. 10.º O governador geral, como primeira entidade militar da colónia, exerce as atribuições e competência disciplinar de general comandante de divisão e de vice-almirante comandante de esquadra, por intermédio dos quartéis gerais a cargo de um chefe do estado maior das forças do exército e de um chefe de estado maior das forças navais.

Art. 11.º O cargo de chefe do estado maior das forças do exército será exercido em comissão por um official superior de qualquer arma do exército habilitado com o respectivo curso, de preferência o do estado maior.

§ 1.º A sua nomeação pertence ao Poder Executivo.

§ 2.º A sua comissão de serviço durará, em regra, cinco anos, contados do dia da posse.

§ 3.º A sua exoneração, antes de terminado o período da comissão, só pode ter lugar a seu pedido ou por conveniência de serviço público.

Art. 12.º O chefe do estado maior das forças do exército despachará directamente com o governador geral, incumbindo-lhe:

a) Todos os assuntos referentes à guarnição da provincia;

b) A organização e remessa, em nome do governador geral, dos documentos e processos a enviar às diferentes estações officiais que digam respeito a assuntos a cargo do quartel general;

c) O cumprimento das demais obrigações que lhe sejam cometidas nas leis e regulamentos em vigor na colónia.

Art. 13.º O cargo de chefe do estado maior das forças navais será exercido em comissão por um official superior da marinha.

§ 1.º A sua nomeação pertence ao Poder Executivo.

§ 2.º A sua comissão de serviço durará, em regra, cinco anos, contados do dia da posse.

§ 3.º A sua exoneração, antes de terminado o período da comissão só poderá ter lugar a seu pedido ou por conveniência de serviço público.

Art. 14.º O chefe do estado maior das forças navais despachará directamente com o governador geral, incumbindo-lhe:

a) Os assuntos relativos às forças navais e às capitánias da provincia;

b) A organização e remessa, em nome do governador geral, dos documentos e processos a enviar às diferentes estações officiais que digam respeito a assuntos a seu cargo;

c) O cumprimento das demais obrigações que lhe sejam cometidas nas leis e regulamentos em vigor.

Art. 15.º O governador geral poderá, por portaria, delegar nos chefes do estado maior a resolução dos assuntos que correm pelos respectivos quartéis gerais, o que o não isenta da responsabilidade pelas resoluções por elles tomadas. Essas resoluções serão sempre transmitidas em nome do governador geral.

Art. 16.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Presidente do Ministério, Ministro do Interior e interino da Guerra e os das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

Para ser publicado no «Boletim Official» da provincia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 6 de Novembro de 1923. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — António Maria da Silva — António de Abranches Ferrão — João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes — Alfredo Rodrigues Gaspar — Domingos Leite Pereira — Abel Fontoura da Costa — João José da Conceição Camoesas — Alberto da Cunha Rocha Saraiva — Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 9:223

Considerando que a experiencia tem demonstrado a necessidade de modificar algumas disposições do regulamento de ensino primário e normal publicado no *Diário do Governo* n.º 198, 1.ª série, de 29 de Setembro de 1919, e rectificado no *Diário do Governo* n.º 252, 1.ª série, de 11 de Dezembro do mesmo ano;

Considerando que é urgente intensificar a execução da obrigatoriedade escolar e aumentar a efficácia do trabalho docente e discente;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 1.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919, que alterou a Constituição Política da República Portuguesa; Sob proposta do Ministro da Instrução Publica: Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Sempre que o número de alunos matriculados numa escola de ensino primário geral seja inferior à capacidade de frequência da mesma escola e o recenseamento escolar respectivo ultrapassar esse número, o professor é obrigado a matricular na escola mais tantas crianças em idade legal quantas as necessárias para preencher as vagas existentes.

§ único. Essa matrícula far-se há, seguindo a ordem inversa da idade das crianças.

Art. 2.º Os pais e tutores das crianças em idade escolar que não promoverem a matrícula destas dentro do prazo legal, nas escolas primárias da respectiva povoação,